

ENTREVISTA / Alfredo Rizkallah

"A crise ainda não acabou"

Ricardo Leopoldo

Da equipe do Correio

São Paulo — A relativa tranquilidade do mercado de ações na semana passada (três dias de alta contra dois de queda) não deve levar ninguém ao otimismo exagerado. O quadro mundial é de expectativa em relação ao que vai ocorrer na Ásia, onde uma reunião de ministros das finanças e representantes de organismos internacionais discutirá, a partir de hoje, ação conjunta para a crise nos mercados de capitais e financeiros. Diante de tantas incertezas, a conclusão a que se chega é que o Brasil não está livre de sofrer novos ataques especulativos nem de recorrer a empréstimos do Fundo Monetário International (FMI). O alerta é de Alfredo Rizkallah, presidente da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), instituição responsável por 60% da movimentação financeira dos mercados de capitais da América do Sul. Rizkallah acha que a crise financeira internacional não foi provocada pelas bolsas de valores, mas sim pela vulnerabilidade econômica dos países asiáticos e do Brasil. "As bolsas são termômetros que medem os problemas internos", diz. Para ele, a queda do índice que mede as ações na Bovespa em 30% num mês foi o preço pago pelo mercado para alertar a nação sobre os ajustes — o principal deles é o das contas públicas — que precisam ser feitos. "Hoje, o que identifica a solidade de um país é a sua moeda e a bolsa de valores", afirma.

Correio Brasiliense — A crise já passou? O Brasil deixou de correr o risco de ser atacado por especuladores e ter que pedir empréstimos ao FMI?

Alfredo Rizkallah — Não, ainda não acabou. Estamos sujeitos a mudanças imprevistas no cenário internacional. Pela primeira vez, lidamos com uma crise global. Já vivemos

problemas mais localizados, como no México em 1994. Temos hoje dificuldades em uma região — a Ásia. Começou na Tailândia, chegou na Coreia e ameaça o Japão. O sistema financeiro internacional está envolvido.

Os sete países mais ricos, que formam o G-7, terão de trabalhar seriamente nessa questão de agora em diante. Uma próxima crise poderá ter proporções ainda maiores.

CB — Depois das lições trazidas pela crise da Ásia, o país ainda pode apostar na dependência de investidores de curto prazo?

Rizkallah — Não podemos ficar financiando déficit público com poupança externa. (Dos 4,3% do PIB do déficit de transações correntes — que é o rombo externo — três quartos são de responsabilidade do governo, segundo o consultor Raul Velloso). Podemos importar capitais desde que eles sirvam para ser aplicados no setor produtivo. Mas com recursos internos, exclusivamente, levaríamos 20 anos para atingir um grau mais interessante de desenvolvimento. Com os investimentos estrangeiros talvez possamos atingir a meta em cinco anos. Esses créditos, contudo, não estão sempre dis-

poníveis. Eles obedecem às condições internacionais. Não podemos contar com eles. Por isso defendo as reformas constitucionais.

CB — Muitos parlamentares —

mesmo alguns governistas — acreditam que o governo foi lento demais ao negociar as reformas com o Congresso.

Agora, devido à crise financeira, fez o pacote fiscal com rapidez para atenuar as dificuldades.

A estratégia do governo não estava errada?

Rizkallah — Essa questão envolve o Executivo, mas também o Legislativo e o Judiciário. Todas essas instituições acharam que teríamos tempo suficiente para realizar as mudanças constitucionais, mas houve um fato internacional — a crise na Ásia — que foi auxiliado pelo avanço das comunicações. Então, o projeto de execução de reformas para depois das eleições de 1998 foi atropelado. Essa é a razão porque não podemos esperar 12 meses para realizá-las.

CB — É correto o governo usar o BNDES para comprar ações da Telebrás e Petrobras, papéis responsáveis por quase dois terços da movimentação financeira da Bovespa?

Rizkallah — O Estado, através de instituições financeiras, atua no mercado quando julga que o negócio é bom. Não está fazendo assistência social.

CB — Na Bovespa, em média, o movimento é de US\$ 900 milhões por dia, quantia 25 vezes menor do que a movimentada pela bolsa de Nova York. Nos Estados Unidos, a participação popular nas bolsas é muito grande. Como o senhor qualifica o atual estágio de desenvolvimento do mercado de capitais no Brasil?

Rizkallah — Estamos num grau de capitalismo participativo ainda incipiente. A atuação maior se dá pelos fundos de pensão de empresas estatais. Não temos uma indústria de fundos de ações equivalente à dos Estados Unidos, que tem 160 milhões de pessoas que aplicam nas bolsas. O sistema de Previdência Privada no Brasil tem só dois ou três anos, surgiu junto com a estabilidade. Não podemos ter uma tradição de investimentos com inflação de 40% ao mês.

CB — O senhor é um grande defensor da participação popular nas privatizações. O governo errou ao alienar

estatais, como a Companhia Vale do Rio Doce, sem promover leilões simultâneos para empresas e pequenos investidores?

Rizkallah — A Bovespa chegou a oferecer sistemas de subscrição que estivessem ao alcance dos cidadãos em qualquer lugar do país, em agências bancárias e dos Correios. A bolsa tem condições de admitir uma privatização com a participação de 500 mil acionistas de uma só vez. Sugerimos isso, mas não aconteceu. A participação popular ocorrerá em etapas sucessivas.



Rizkallah: cenário imprevisível